

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N°, DE 2025

(Do Sr. Deputado Tadeu Veneri)

Requer a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre o processo de desestatização da Celepar – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, buscando esclarecimentos das questões jurídicas desta ação.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre os impactos da desestatização a Celepar – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, buscando esclarecimentos das questões jurídicas desta ação.

Data sugerida: A realização da audiência pública deve ocorrer na primeira quinzena de setembro para que seja possível a participação dos diversos atores tendo em vista o calendário de férias.

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados:

CNDH – Charlene Borges (Presidente do CNDH)

FENADADOS – Carlos Alberto Valadares Pereira (Presidente)

CONTRACTS – Julimar Roberto de Oliveira Nonato (Presidente)

CELEPAR – André Gustavo Souza Garbosa (Diretor Presidente)

UTFPR – Marcos Sunye (Reitor)

CELEPAR – Jonsue Trapp Martins (Representante dos Empregados)

IBGE – Marcos Vinícius Ferreira Mazoni (Diretor de Tecnologia de Informação e ex-presidente da Celepar e Serpro)

MPF – Alexandre Assunção e Silva (Procurador da República





presentação: 26/08/2025 12:10:35.927 - CDHM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

USP – Diogo Rosenthal Coutinho (Professor de Direito da USP e escritor do artigo de Desafios Jurídicos e Regulatórios da Privatização do Serpro)

JUSTIFICAÇÃO

A Celepar (Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná), por sua vez, é uma sociedade de economia mista do governo do Paraná, também criada em 1964. Ela é a principal responsável por desenvolver, gerir e hospedar a infraestrutura tecnológica do estado. Essa empresa é responsável pelo armazenamento e administração dos dados essenciais dos cidadãos paranaenses e da administração pública, incluindo dados de segurança pública, saúde, educação, registros do Departamento de Trânsito, dados de arrecadação e tributação. diversos segmentos — como representantes dos empregados, parlamentares, órgãos de fiscalização e controle, jornalistas etc. — têm apontado e investigado os riscos da privatização, bem como possíveis irregularidades do processo.

A Celepar concentra dados altamente sensíveis da população paranaense, que, por lei, não podem ser entregues ao controle de uma empresa privada. Denúncias já foram encaminhadas ao Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Autoridade Nacional de Proteção de Dados, mas muitos questionamentos seguem sem resposta. Ainda assim, o Governo do Paraná avança com o cronograma de desestatização, ignorando os riscos levantados.

O tema já demonstrou sua relevância nacional ao ser debatido em outras esferas legislativas, como na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em audiência realizada em 11 de novembro de 2024, e no Senado Federal, por meio de audiência pública na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), em 08 de julho de 2025**. No entanto, a análise específica sob a ótica dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial é fundamental e ainda não foi realizada no âmbito da Câmara dos Deputados.

Diante do exposto, solicitamos a convocação desta audiência para ouvir especialistas, entidades da sociedade civil, representantes dos trabalhadores da CELEPAR, movimentos sociais e representantes do governo do Estado do Paraná, a fim de aprofundar o debate e produzir encaminhamentos que garantam a proteção dos direitos fundamentais da população.

Por esse motivo, é imprescindível debater esse tema.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2025.

Tadeu Veneri

Deputado Federal PT-PR



